

Economia - Brasil

A ECONOMIA BRASILEIRA

SEXTA-FEIRA, 10, E FIM DE SEMANA, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 1995

PÁGINA A-8

Inflação sob controle e riscos de crise fiscal

Economistas não conseguem chegar a um consenso sobre os rumos da estabilização brasileira

por Rodrigo Mesquita
de Salvador

A pós quinze meses de Plano Real, os economistas não conseguem chegar a um consenso sobre os rumos da estabilização brasileira. Reunidos no XI Congresso Brasileiro dos Economistas, eles são unânimes na identificação dos gargalos que o plano atravessa nesse momento, mas não chegam a um acordo sobre o receituário a ser seguido. "A coisa está complicada", diz Maria da Conceição Tavares, decana de dois planos (o Cruzado e o Real) elaborados por ex-alunos seus.

Com diferentes graus de ênfase, ninguém discorda de que o represamento do câmbio e a manutenção de uma elevada taxa de juro estão levando a economia para um terreno perigoso, onde o risco de uma dupla crise, cambial e fiscal, é uma possibilidade concreta.

Evitando-se esse cenário mais catastrófico, nenhum dos economistas presentes ao congresso em Salvador tem dúvidas, também, de que, mantendo-se inalterada a atual política econômica, o País caminhará para um prolongado período de estagnação, semelhante ao que acontece na Argentina e no México.

"O governo abriu mão de qualquer outro instrumento que não o da política de juros" diz Paul Singer, professor da Universidade de São Paulo e ex-secretário de Planejamento da prefeitura de São Paulo na gestão Luiza Erundina.

Reconhecendo o sucesso do Real no controle da inflação, ele chama a atenção para a necessidade de o governo recuperar, com urgência, instrumentos de política fiscal como a única alternativa para reduzir a taxa de juro. Singer tem a sua receita: as reformas tributária, administrativa e previdenciária não terão nenhum impacto significativo do ponto de vista das contas públicas.

A maior parte das medidas só te-

rá algum efeito a partir de 1997 e, mesmo assim, acha que não serão importantes. O governo, diz ele, deveria promover uma ampla discussão entre as esferas do poder público (União, estados e municípios) para redistribuir o custo, abrindo espaço no orçamento da União para investimentos e gastos sociais.

A política de juros altos levou a dívida pública para cerca de R\$ 90 bilhões. Nos últimos nove meses foram gastos cerca de R\$ 20 bilhões com a rolagem da dívida. O efeito dos juros se reflete, também, no endividamento de estados e municípios, ampliando as repercussões fiscais. Se a taxa não cair, o governo caminhará rumo à insolvência.

Ou como prefere Maria da Conceição, para um processo de encilhamento fiscal. A dívida nova começa a ser contratada para rolar os serviços da velha sem diminuir o estoque, que cresce exponencialmente, reduzindo a já minguada capacidade de investimento do Estado.

Juros, sem efeito sobre a demanda

O governo, porém, não tem como ceder no aperto monetário sem comprometer o balanço de pagamentos que é, de longe, sua principal preocupação. Os juros, hoje, não funcionam mais para conter demanda. A sua importância é a atração do capital externo e o subsídio indireto que é dado aos exportadores através dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC). O ex-

portador antecipa o câmbio, aplica no mercado financeiro e, com isso, compensa a defasagem na taxa da taxa, que permanece rigidamente monitorada pelo Banco Central.

"Mesmo que haja um êxito na política fiscal, as taxas de juro continuarão altas para manter o equilíbrio cambial", prevê Maurício Coutinho, da Universidade de Campinas (Unicamp). Coutinho não tem alternativas. "Fico perplexo, mas este é um sinal dos nossos tempos." A âncora cambial que tem mantido a inflação sob controle, diz ele, não tem como ser abandonada. O cenário por ele traçado indica uma situação parecida com a da Argentina. Uma economia estagnada e com um grande potencial de explosão na área social.

Nos próximos anos, afirma Coutinho, entre 30 e 40% da população deverá ser excluída do consumo básico dado o crescimento da concentração de renda com a recessão em que o País está mergulhando. Conceição Tavares fala num novo "apartheid", onde a classe média se transfere para o setor informal e os pobres entram na marginalidade.

"Se eu só tenho um martelo como instrumento, tudo me parece uma cabeça de prego", diz o economista Carlos Medeiros, citando Jeffrey Sachs, para resumir a política econômica. Se a equipe econômica só pensa em termos de juros e câmbio, tudo se parecerá com balanço de pagamentos e agregados monetários. Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista em desenvol-

vimento, ele considera que a discussão sobre a estabilização trouxe o governo do rumo de uma política que evite a estagnação.

Falta um cenário de longo prazo, sublinha Mario Luis Possas, também da UFRJ. O governo não apresentou uma política industrial consistente e o mais perto que chegou de uma política de desenvolvimento foi o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), que não vai muito além de um modelo gerencial, na opinião de Medeiros. O PPA privilegia as parcerias com a iniciativa privada, estados e municípios para o investimento. "Com os constrangimentos da política cambial e fis-

cal, esse cenário é inexistente", diz o economista. Nenhuma empresa se disporá a planejar investimentos enquanto permanecer esse grau de incerteza sobre o futuro.

Mecanismos de proteção

É o que diz, também, Luis Carlos Prado, da UFRJ e doutor em economia pela Universidade de Londres. "Se não se criar um cenário de investimentos, nenhuma empresa vai investir." Não é à toa, diz ele, que o único setor da economia onde se verificam inversões de vulto é o automobilístico, onde existe um compromisso claro do governo com sua proteção.

A abertura comercial deveria ser revista, diz João Damásio, economista da Universidade Fe-

deral da Bahia (UFBA). É o que sugere, também, Maria da Conceição. "Nenhum país abriu sua economia e entrou no mercado internacional de peito aberto", completa. O governo deveria criar alguns mecanismos de proteção para os setores mais expostos à competição externa, sugere Damásio.

Com a continuidade da política de abertura, a única alternativa é a recessão para inibir o consumo de importados e conseguir o equilíbrio no balanço de pagamentos. Há espaço, porém, para uma revisão na taxa de câmbio, sustentam vários economistas.

O governo deveria proceder a um ajuste mais rápido, diz Antônio Carlos Porto Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense (UFF), com o fim de estimular os exportadores. Ele acredita que a defasagem acumulada ronda os 20% desde o início do Plano Real. "Pode-se queimar alguma coisa das reservas sem risco de uma crise", confirma Conceição Tavares. As reservas em divisas administradas pelo BC já estão na casa do US\$ 50 bilhões.

Sem uma resposta definitiva para o momento, os economistas reunidos em Salvador comemoram, pelo menos, o fato de a discussão ter sido colocada na ordem do dia. "O fato de as pessoas acharem que essas questões são um problema já é um avanço", diz Maurício Coutinho.

Até anteontem a única coisa que contava no debate econômico era a estabilização e o fim da inflação. Os economistas querem, agora, retomar a discussão sobre políticas de desenvolvimento e distribuição de renda, por exemplo. E isso só é possível porque a estabilização produzida pelo Real abriu espaço para essas preocupações, reflete Fernando Rezende, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

